

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

DEBORAH NASCIMENTO JUNGMAN

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR:  
Uma reflexão histórica sobre o desenvolvimento do campo**

**Deborah Nascimento Jungman**

Trabalho de Conclusão do Curso de  
Psicologia da PUC-SP, sob orientação da  
Professora Maria Claudia Tedeschi Vieira

SÃO PAULO  
2015

## AGRADECIMENTOS

Para a Maria Claudia Vieira, minha orientadora, que tão pacientemente escutou minhas inquietudes quanto aos rumos deste presente estudo, e que me auxiliou até que eu encontrasse o tema ideal. Fica a minha gratidão por pensar comigo o passado e o futuro da Educação, me ajudando na pesquisa de textos, corrigindo atentamente os meus erros, e me guiando rumo à um trabalho que me desse tanta satisfação.

Para os meus pais, Milton e Eneida, meus maiores ídolos e meus maiores fãs, que sempre apoiaram as minhas escolhas, e me deram oportunidade de estudar, de viajar, de conhecer, de ler e de explorar. Obrigada por aplaudirem minhas conquistas e dividirem elas comigo.

Para o Gabriel, meu namorado, meu melhor amigo, que não só foi meu companheiro de estudo durante essa jornada, como é meu companheiro de vida. Obrigada por sempre me empurrar para frente, por ter me feito rir nas horas de desespero, e nas de alegria também.

Às minhas duas avós in memoriam; Vovó Haydée por sempre ter me mostrado a importância da leitura e ter me transmitido a paixão pela educação e à Vovó Matilde por ter sempre vibrado com os meus aprendizados de cada caminho que trilhei.

À St Nicholas School por ter me proporcionado a oportunidade de trabalhar em uma escola tão incrível, cuja experiência despertou em mim o interesse de pensar o desenvolvimento da Educação.

**Autor(a):** Deborah Nascimento Jungman

**Título:** Considerações sobre o papel do psicólogo escolar: Uma reflexão histórica sobre o desenvolvimento do campo

**Orientador(a):** Prof<sup>a</sup> Maria Claudia Tedeschi Vieira

**Ano:** 2015

## **RESUMO**

O presente trabalho visou analisar de forma crítica o percurso da Psicologia Escolar no Brasil, considerando sua cronologia desde o surgimento deste campo até os dias de hoje. Assim, nos propusemos estudar como este campo vem se desenvolvendo ao longo deste século de existência, considerando também as formas de atuação do psicólogo atualmente, podendo traçar relações entre as diferenças do desempenho do psicólogo escolar no início do século XX, e o modo que atua hoje. Seguindo tal cronologia, analisamos também a questão da medicalização da educação, tema extremamente atual que vem sendo foco de debates em diferentes áreas da Psicologia e Psiquiatria.

Palavras-chave: Psicologia Escolar, psicólogo escolar, dificuldade de aprendizagem, aluno, educação, medicalização

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO 1: A TRAJETÓRIA DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL .....</b>	<b>8</b>
1.1.    Percurso da Psicologia Escolar – Instituição como Campo.....	8
1.2.    Percurso da Psicologia Escolar – Surgimento da Crítica.....	17
<b>CAPÍTULO 2: O PSICÓLOGO ESCOLAR NA CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>23</b>
2.1.    Função do psicólogo escolar na atualidade.....	23
2.2.    Novas funções do psicólogo escolar .....	31
<b>CAPÍTULO 3: O PSICÓLOGO ESCOLAR FRENTE À QUESTÃO DA MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>34</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

Hanna Arendt (1906-1975), filósofa alemã, em uma de suas obras sobre o fenômeno da educação, sabiamente articulou: “A educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permaneceu tal qual é, porém se renova continuamente (...)” (ARENDR, 1961, p.234)

É impossível negar o quão correta Hanna Arendt estava sobre a importância e o valor da educação. Considerando todo o enredamento do fenômeno educacional, das escolas e instituições vocacionadas à educação, e das relações interpessoais que lá são estabelecidas, mostrou-se muito proveitoso e até necessário a presença de um profissional que acompanhasse e auxiliasse tal processo: o psicólogo escolar.

Esta monografia visa a apresentar as possibilidades de atuação do psicólogo no ambiente escolar, apontando inclusive que, a psicologia é uma área que vem se modificando desde os primórdios, e que, portanto o desempenho do psicólogo na área pedagógica está também em constante transição.

Para explicitar tal transformação, este trabalho almeja traçar uma retrospectiva histórica da relação entre a psicologia e a educação. Segundo Barbosa e Marinho-Araújo (2010), a primeira relação feita entre os dois campos ocorreu nos Estados Unidos por Stanley Hall em 1882, com seu artigo “O conteúdo da mente das crianças quando ingressam na escola”, enquanto concomitantemente na Europa, Alfred Binet introduzia os testes psicométricos em crianças com dificuldades de aprendizado.

Durante grande parte deste um século de existência da profissão do psicólogo escolar, a ele foi designado a função de lidar única e exclusivamente com os problemas de desenvolvimento, alfabetização e aprendizagem dos alunos. Frente a isto, podemos observar a influência da medicina em tal campo de atuação, o que foi a origem do caráter clínico que é muito atribuído ao psicólogo escolar até hoje.

Neste trabalho, pretendemos apresentar argumentos para desmistificar tal caráter clínico, podendo assim ampliar a atuação do

psicólogo. Para muitos, a demanda do psicólogo no contexto educacional ainda se dá somente frente a necessidade de lidar com aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem e diagnosticá-los, aplicando, desta forma, a clínica na instituição de ensino.

Durante este estudo, a proposta também é analisar com um olhar crítico a trajetória do psicólogo escolar no Brasil desde os primórdios deste campo, e levantar hipóteses quanto a possíveis relações da forma que o psicólogo escolar atua hoje, e como atuava no começo do século XX. Portanto, almejamos expressar como a profissão do psicólogo na instituição escolar se modificou desde o surgimento deste campo, e estudar quais mudanças foram benéficas para o desenvolvimento do aluno.

A pergunta que pretendemos responder é: como o psicólogo escolar pode contribuir para o desenvolvimento da criança e do adolescente na escola, entendendo a complexidade e dimensão do processo de aprendizagem e de interação interpessoal que ocorre na instituição, para assim agir de forma a ajudar o aluno, e não se limitando a auxiliar apenas aqueles que apresentam dificuldades acadêmicas?

Para isso, este trabalho é separado em três partes.

Primeiramente, faremos uma retrospectiva histórica desde o aparecimento dos primeiros registros do psicólogo escolar no Brasil, até os dias de hoje, passando por momentos de críticas e transformações do campo da Psicologia Escolar.

Para traçar a história da Psicologia Escolar, no primeiro capítulo, usaremos o texto “Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão” de Barbosa e Marinho-Araújo, de 2012, para nos guiarmos neste estudo. A partir desse artigo, faremos uso de uma bibliografia complementar para analisarmos atentamente o processo de surgimento da Psicologia Escolar no Brasil, porém considerando também o contexto mundial e os estudos feitos em outros países.

A segunda parte tem como foco estudar as formas de atuação do psicólogo escolar na atualidade, onde pretendemos traçar relações com a atuação do psicólogo na instituição de ensino na primeira metade do século XX, a ser estudado no primeiro capítulo deste trabalho. No segundo capítulo

do presente estudo, teremos como base o texto “O que pode fazer o psicólogo escolar?” de autoria de Albertina Martinez, datado de 2010.

Este artigo traz de forma extremamente clara as formas de atuação do psicólogo escolar na atualidade, separando tais formas em “tradicionais” e “emergentes”. Este texto nos norteou a pesquisar em outros artigos, estudos e pesquisas cada uma das principais formas de atuação do psicólogo escolar no século XXI e analisar assim, como estas podem otimizar o processo de aprendizagem e desenvolvimento social do aluno no período escolar.

Já no terceiro e último capítulo, analisaremos uma questão extremamente importante que intercepta os campos da Educação e da Psicologia: o tema da medicalização da educação. Este vem se tornando um assunto de debate entre psicólogos, educadores, psiquiatras, neurologistas e pediatras. Exploraremos principalmente artigos escritos pela médica Maria Aparecida Affonso Moysés, conhecida mundialmente por seus estudos relacionados à medicalização na infância, e principalmente na educação.

## **CAPÍTULO 1: A TRAJETÓRIA DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL**

### **1.1. *Percurso da Psicologia Escolar – Instituição como Campo***

No presente capítulo, iremos estudar a trajetória da Psicologia Escolar no Brasil, levando em consideração a complexidade da relação Psicologia – Educação e a transição que tal trajetória implica.

A Psicologia Escolar tem um histórico marcado por uma constante transformação. É um campo que ainda hoje está sempre se desenvolvendo, sendo pensado e repensado; inclusive a atuação do Psicólogo Escolar não segue uma determinada premissa, devido ao fato de ser uma forma de ação completamente multifacetada.

Primeiramente, é necessário fazermos uma diferenciação da Psicologia Escolar e da Psicologia Educacional. Embora ambas digam respeito a relação da Psicologia e da Educação, tratam-se de dois campos distintos, que tendem a ser confundidos.

Mitsuko Aparecida Makino Antunes em sua obra “Psicologia Escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas” de 2008, sintetiza de forma direta e didática os principais conceitos sobre a relação entre a Psicologia e a Educação. Nesta seção, faremos intenso uso dos conceitos delineados pela autora por os considerarmos essenciais para a compreensão e investigação do tema.

Segundo Antunes (2008), a Psicologia Educacional e a Psicologia Escolar são intrinsecamente relacionadas, porém nem são idênticas, nem podem ser reduzidas uma a outra. Cada uma possui sua autonomia relativa, além do fato de que cada uma teve uma história de consolidação distinta.

Pode-se dizer que a Psicologia da Educação ou Educacional é uma vertente da Psicologia, que busca produzir conhecimentos relativos aos fenômenos psicológicos que constituem o processo educativo. É uma área de atuação tanto de psicólogos, quanto de pedagogos, pois consiste na teorização ou produção de conhecimento sobre o processo educativo.

Já a Psicologia Escolar, é uma área de atuação exclusiva do psicólogo. Diz respeito a esfera profissional e campo de atuação do psicólogo no

processo escolar, focando-se na escola e nas respectivas relações humanas que ocorrem nesse ambiente.

Antunes (2008) dirá sobre as bases teóricas da Psicologia Escolar, que esta “fundamenta sua atuação nos conhecimentos produzidos pela Psicologia da Educação, por outras sub-áreas da Psicologia e por outras áreas de conhecimento.” (p. 470)

A terminologia mais utilizada pelos atuantes da área, é “Psicologia Educacional e Escolar”, pois tal nomenclatura expressa a consideração à história da Psicologia Escolar, campo esse que tanto contribuiu para a área da educação, como também colaborou para a disseminação do preconceito e discriminação de pessoas com dificuldade de aprendizagem, além da estigmatização de alunos (Barbosa e Souza, 2012). Esperamos conseguir expressar essa história e as contribuições citadas no decorrer deste texto.

Ambas a Psicologia Escolar, quanto a Educacional, podem ser identificadas desde o período colonial, embora não fossem reconhecidas como campo, muito menos recebiam tal denominação.

Através de pesquisas realizadas por Massimi (1984) e Massimi e Guedes (2004) *apud* Barbosa e Souza (2012), desde o período em que o Brasil era uma colônia portuguesa, a psicologia já era aplicada através da educação realizada por jesuítas, visto que a educação de crianças era objetivo prioritário pela Companhia de Jesus no Brasil-colônia. Neste período, já se começam a pensar em métodos de ensino e de transmissão de conhecimento, de modo a criar uma nova sociedade colonial.

Ainda citando Barbosa e Souza (2012), entre 1549 e 1759, a educação jesuíta era o principal meio de ensino, visando a catequização e erudição na fé cristã. Até que com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil feita por Marques de Pombal, foram instituídas mudanças relevantes no ensino, dentre estas, a criação do ensino laico. Desta forma, com tais modificações, institui-se uma mudança principal: o ensino deixa de ser feito pelo jesuíta, e passa a ser realizado pelo professor.

No período colonial como um todo, independentemente da mudança da educação jesuíta para a laica, o objetivo principal do processo de ensino era “educar” os indígenas, moldando assim as crianças de modo a se encaixarem nos padrões instituídos pelos colonizadores como o “correto”, e

“aceitável”. Para isso, os professores usavam punições e prêmios, para corrigir ou reforçar os comportamentos das crianças (o que mais tarde, B.F. Skinner irá chamar de reforço positivo e reforço negativo). Pode-se dizer que, já neste momento, nota-se que o método de educação era pensado: como a criança deve se portar? O que fazer para que as crianças continuem com determinado comportamento, e não repitam outro?

Em 1890, Benjamin Constant promoveu uma importante reforma curricular, introduzindo o ensino de psicologia nos cursos de Filosofia: Psicologia Lógica e Pedagogia, e Pedagogia e Psicologia, o que mais tarde resultou nos cursos de graduação em Psicologia no Brasil, no ano de 1950.

Frente a isto, observamos um movimento constatado por Lima (2005), que foi o da Psicologia ter derivado da Psicologia da Educação, fato este que pode ser exemplificado pelo fato de a atuação do psicólogo no Brasil ter sido associada à Educação, antes mesmo da atuação clínica, associada à psicanálise que crescia cada vez mais na Europa neste mesmo período (final do século XIX e início do século XX).

É nesta mesma época, que temos um dos primeiros marcos do surgimento da Psicologia Escolar: a publicação, em 1882, do artigo “O conteúdo da mente das crianças quando ingressam na escola”, por Stanley Hall. Tal acontecimento simboliza o início do olhar mais atento as crianças em período escolar.

No período que se segue à reforma de Constant, por volta de 1905, é criada pelo francês Alfred Binet a primeira escala métrica de inteligência, que será grande protagonista na atuação do psicólogo, principalmente no período que Barbosa e Souza (2012) denominam de “A psicologia em outros campos de conhecimento”. De acordo com as autoras, este período durou de 1906 até 1930.

É indiscutível a importância que os testes psicométricos têm na história da psicologia, desde o início do século passado, até os dias atuais. No entanto, deve-se constatar que debates em torno deste tema são constantes, principalmente sobre o conceito de inteligência, e se este fenômeno é ou não algo que pode ser mensurado. Frente a isso, é imprescindível fazermos uma retomada histórica dos testes psicológicos na história.

Os testes psicométricos apareceram no cenário europeu de forma mais relevante com o inglês Sir Francis Galton (1822-1911) por volta de 1880, embora previamente a isso, biólogos, neurologistas, e interessados no tema tenham preparado terreno para a criação das teorias de Galton, estudando a evolução de John Dalton, as teorias de adaptação, entre outras. Francis Galton, usando como norte o papel da hereditariedade e da influência da natureza na inteligência do indivíduo, criou técnicas estatísticas para estudar o tempo de reação nas pessoas.

De acordo com Formiga e Mello (2000), nos guiando através da cronologia dos testes psicométricos, James McKean Cattell funde a psicologia experimentalista com suas concepções baseadas nas tendências, buscando assim reduzir tudo a mensurações quantitativas. O método que usava para a observação dessas mensurações foi o de medir o tempo das reações mentais, da percepção e do movimento.

Segundo Vieira e Campos (2011), o pensamento psicológico do início do século XX teve sua maior influência no continente europeu, principalmente nas ideias francesas. Desta forma, os testes psicológicos penetraram na atuação dos psicólogos, médicos e educadores, parecendo suprir as necessidades e questionamentos em relação a inteligência, e problemas de aprendizagem apresentados por alunos, se utilizando, principalmente, do teste criado por Binet.

Como dito anteriormente, é em 1905, que os testes psicométricos passam a ter maior visibilidade no cenário educacional e de diagnóstico, quando o psicólogo francês Alfred Binet cria o primeiro teste moderno de inteligência, que propunha avaliar a inteligência através de um quociente, o que hoje chamamos do teste de QI (quociente de inteligência). O teste consistia em uma forma quantitativa e comparativa de medir a inteligência, como instrumento de diagnóstico para alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem, de acordo com Campos, Gouvea e Guimarães (2014).

A recepção dos testes criados por Binet no Brasil é extremamente positiva, de forma que o processo de medir habilidades e classificar crianças foi, segundo Patto (1984), "(...) a primeira função desempenhada pelos psicólogos junto aos sistemas de ensino, (...) no Brasil"(p.99).

Esta forma de atuação simboliza qual era o foco deste campo de conhecimento: estudar o desenvolvimento da criança, com um enfoque enorme na chamada “ortofrenia” denominação dada para a arte de corrigir tendências morais ou intelectuais.

Para isso, o psicólogo escolar visava o diagnóstico dos alunos, através da realização dos testes psicométricos, para assim separá-los entre normais e anormais, e determinar se estes estavam aptos a acompanhar o ensino regular, ou se deviam ser encaminhadas para o ensino especial destinado a crianças com deficiências, e para tratamento psicológico ou psiquiátrico.

Maria Helena Souza Patto (1997), traz um dos problemas que o diagnóstico através dos testes psicométricos provoca, tanto no período em questão, quanto nos dias atuais:

“Como regra, o exame psicológico conclui pela presença de deficiências ou distúrbios mentais nos alunos encaminhados, prática que terá resultados diferentes em função da classe social a que pertencem: em se tratando de crianças da média e da alta burguesia, os procedimentos diagnósticos levarão a psicoterapias, terapias pedagógicas e orientação de pais que visam a adaptá-las a uma escola que realiza os seus interesses de classe; no caso de crianças das classes subalternas, ela termina com um laudo que, mais cedo ou mais tarde, justificará a exclusão da escola. Neste caso, a desigualdade e a exclusão são justificadas cientificamente (portanto, com pretensa isenção e objetividade) através de explicações que ignoram a sua dimensão política e se esgotam no plano das diferenças individuais de capacidade.” (PATTO, 1997, p. 47)

Considerando a tendência da utilização dos termos “normal” e “anormal” ainda na atualidade, terminologia essa que fez com que os psicólogos escolares do período estudado contribuíssem para a classificação,

comparação e até exclusão de crianças, destinamos uma parte do presente trabalho para falarmos sobre a questão da normatividade.

Um dos grandes pensadores sobre tal tema, foi o filósofo e médico francês Georges Canguilhem (1904-1995). Suas exposições sobre o assunto são muito consideradas hoje no Brasil, tanto na área da medicina, quanto da filosofia e psicologia.

De acordo com Vladimir Safatle (2011), Canguilhem se posicionava contra a visão quantitativa do fisiologista Claude Bernard, por exemplo, que olhava para cada órgão isoladamente, ao invés de examinar e pensar no corpo como um organismo, uma junção de sistemas que exercem influência entre si.

Canguilhem nega tal perspectiva que associa o normal ou o patológico a estatística, ou a média aritmética, procurando assim pensar no corpo como um todo. Tal posição fica clara com a seguinte afirmação:

“Se é verdadeiro que o corpo humano é, em certo sentido, produto da atividade social, não é absurdo supor que a constância de certos traços, revelados por uma média, dependa da fidelidade consciente ou inconsciente a certas normas de vida. Por conseguinte, nas espécie humana, a frequência estatística não traduz apenas uma normatividade vital, mas também uma normatividade social” (CANGUILHEM, 2002, p 113, *apud* SAFATLE).

Portanto, na opinião de Canguilhem, os conceitos do que é normal e do que é patológico só podem ser apreciados quando se considera a relação entre o organismo e o meio. Ou seja, quando determinados dados que anunciam a patologia de algum indivíduo são traduzidos em estatística, essa patologia está expressando a relação entre o organismo do indivíduo, e também os fatores sociais que o circundam, pois estes dois aspectos estão completamente relacionados.

Esse modo de pensar pode ser justaposto frente a aplicação dos testes psicométricos tão usados nos primórdios da Psicologia Escolar no Brasil, e suas consequentes classificações do normal e do anormal. A avaliação

quantitativa de inteligência, assim como a avaliação quantitativa defendida por Claude Bernard, exclui todos os fatores sociais que podem ter influência, ou até estar provocando tal resultado quantitativo. Desta forma, pode-se notar que, segundo a posição de Canguilhem, o olhar sobre o que é normal e patológico, é muito mais complexo do que se acreditava na primeira metade do século XX.

Ainda explorando a questão da normatividade, podemos seguir o pensamento de Michel Foucault (1926-1984), que no decorrer de seus vários estudos, fala sobre a questão da normalização, da doença, e das instituições pedagógicas.

No artigo “Instituição Escolar e Normalização em Foucault e Canguilhem” de Vera Portocarrero (2004), ficamos face a face com tais questões. A autora, sintetizando o pensamento de Michel Foucault, explica que “A organização de um espaço celular e serial(...) funcionou como condição de possibilidade do controle simultâneo de um grande número de alunos, através da classificação de cada um, que individualiza o conjunto heterogêneo de alunos.” (PORTOCARRERO, p. 173, 2004)

Assim, após o processo de classificação, função exercida pelo próprio psicólogo escolar, durante o período tratado no momento, através dos testes psicométricos, ocorre a determinação do normal; o que é normal, ou no caso, quem é normal. Assim, com estes graus de normalidades já estabelecidos, separam-se os corpos sociais homogêneos, constituídos por aqueles que possuem os mesmos níveis de capacidade. Através deste fenômeno, são criados abismos entre o normal e o patológico, quando faz-se uma distinção óbvia e segregacionista entre o que se encaixa no padrão, e o que não se encaixa.

Foucault faz uso de determinadas situações para colocar em xeque a questão da classificação e do caráter comparativo presente no fenômeno da normalização. Citemos a situação dos exames escolares:

“O caso não é mais, como na casuística ou na jurisprudência, um conjunto de circunstâncias que qualificam um ato e podem modificar a aplicação de uma regra, é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a touros

e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado (...) (FOUCAULT, 2003, p. 158 *apud* PORTOCARRERO, p. 175).”

Embora tenhamos trazido até agora qual foi o foco da Psicologia Escolar até meados dos anos 30, vale enfatizar que até este momento, o norte do pensamento da prática escolar era biologicista, individualizante sobre a criança que não aprende, de forma que não era levada em consideração a situação social, ou econômica do aluno. Os profissionais da área da educação não se preocupavam em encontrar a origem dos problemas de aprendizagem, de modo que a partir do momento que os alunos eram classificados, as indagações sobre o aluno cessavam.

Neste momento histórico, a Psicanálise vinha se solidificando na Europa, e tendo seus conhecimentos expandidos para todos os outros continentes. Essa ciência chega ao Brasil em 1914 e traça as suas marcas na história da Psicologia Escolar.

As reflexões a respeito da relação entre a Psicanálise e a Educação são muito importantes, a começar pelo fato de que a Psicanálise trouxe como contribuição para a área de ensino um questionamento sobre essa visão “patologizante” citada acima, e discutia o que é inato ao indivíduo, e o que não é.

Porém, a tentativa de “casamento” entre esses dois campos foi considerado por muitos autores como algo impossível de ser tratado.

Para entendermos tal afirmação, faremos uma breve retrospectiva a respeito da tentativa de olhar a Educação com um olhar Psicanalítico.

Primeiramente, citemos Oscar Pfister (1873 – 1956), um pastor suíço que, por conta de seu empenho em estudar a psicanálise na área da educação, se aproximou de Freud, amizade essa que se iniciou com Pfister procurando o psicanalista para auxílio, e acabou se desenvolvendo com o caráter de troca de experiências e teorias.

Segundo Kupfer (1992), o objetivo principal de Pfister era encontrar na psicanálise, um auxílio para educar as crianças de sua paróquia. O pastor acreditava que o educador deveria atuar também como analista, mas

seguindo sempre o alcance de um fim moral. Assim, nos deparamos com a primeira contradição que essa tentativa de união entre psicanálise e educação trará: o professor não pode assumir um lugar de autoridade e concomitantemente dar livre fluxo ao inconsciente do aluno.

Assim como a Psicologia Escolar neste período de meados do século XX, tanto a psicanálise infantil, quanto a psicanálise aplicada na escola, era voltada única e exclusivamente aos chamados “alunos difíceis” ou “alunos problema”. Desta forma, a psicanálise seria um meio para corrigir tais crianças, o que nos remete as questões exploradas até agora: o foco absoluto nestes alunos, de maneira individualizante e com visão biologicista.

De acordo com Kupfer, no livro “Freud e a Educação: o Mestre do Impossível”, a chegada de Melanie Klein e da própria Anna Freud, traz uma mudança neste foco.

Com a filha de Sigmund Freud, o foco se afasta dos “alunos problema” e se direciona aos “alunos normais”. No entanto, ela se deparará com a tendência do uso da Psicanálise infantil para esses mesmos “alunos problema”, e a propensão à estigmatização das mesmas, possivelmente pelo fato de este ser um período em que a tendência mundial era lidar exclusivamente com os alunos com dificuldade de aprendizagem.

Com a proposta de incentivar e enfatizar as fantasias infantis, Melanie Klein colabora para que a psicanálise infantil e principalmente, a psicanálise utilizada no âmbito da educação, deixasse de ser um método, acima de tudo, corretivo.

Independente das contribuições e considerações que a Psicanálise tenha feito a respeito da relação Psicanálise-Educação, essa relação apresenta um antagonismo conceitual; o professor, ou educador, atua como modelo, como exemplo de um ideal para seus alunos. Já o analista, deve evitar assumir tal posição a todo custo, para que o paciente não se apegue à imagem do analista.

Ponderando tais fatos, Kupfer (1999) dirá que “Do ponto de vista teórico-epistemológico, sabemos que a pedagogia e a psicanálise são duas disciplinas que se opõem em estruturas. São e foram vãs as tentativas de criar pedagogias psicanalíticas”. (p. 16)

Independente das divergências entre a Educação e a Psicanálise,

segundo Lima (2005), a Psicanálise, por considerar o indivíduo como produto da relação com a sua família e com aqueles que o cercam, mostrou uma forma distinta de olhar a criança: uma maneira menos organicista, que considerava o indivíduo cada vez mais como um ser social.

Isso fez com que os profissionais da área da Psicologia Escolar e Educacional começassem a se manter mais atentos para a questão da criança “normal” e a “anormal”, e se questionarem “por que é anormal?”, “por que não se encaixa no padrão de normalidade?”. Para sintetizar a atuação do psicólogo escolar nessa primeira metade do século XX, podemos mencionar Barbosa e Marinho-Araújo (2010):

“(…)a principal característica da atuação em Psicologia Escolar durante a primeira metade do século XX foi o caráter remediativo com o qual se tratavam os problemas de desenvolvimento e aprendizagem. Essa fato evidencia a forte influência da medicina e a consolidação de uma atuação clínica no trabalho do psicólogo escolar junto aos contextos educacionais, nos quais se privilegia o enfoque psicométrico por meio da avaliação da prontidão escolar, da organização de classes para alunos considerados especiais, dos diagnósticos e dos encaminhamentos para serviços especializados.” (BARBOSA E MARINHO-ARAÚJO, 2010, pg. 395)

## **1.2. *Percurso da Psicologia Escolar – Surgimento da Crítica***

A passagem para a segunda metade do século XX tem grandes marcos referentes a regularização e formalização da profissão do psicólogo no Brasil.

Em 1953, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro cria o curso de graduação em Psicologia, e em 1962 acontece a regulamentação da profissão do psicólogo no Brasil.

Porém, ainda não foram estas mudanças quanto a profissão do

psicólogo que aumentaram a amplitude quanto a visão do aluno com dificuldade de aprendizagem como aluno-problema, aluno este que tendia a ser encaminhado para a educação especial, tornando-se assim responsável de áreas tais como a Ortofrenia, Defectologia e da chamada Higiene Escolar de acordo com Barbosa e Souza (2012).

Embora na primeira metade do século já houvesse algumas teorias e movimentos para que se mudasse o olhar para com o aluno “anormal” (como por exemplo a Psicanálise e suas considerações já trazidas anteriormente neste texto), foi somente a partir deste período (entre os anos 1960 e 1970) que os profissionais da área da educação passaram a pensar e estudar de forma significativa as possíveis causas das dificuldades de aprendizagem das crianças.

Neste momento, o foco continuava sendo a criança problema, aquela criança que não aprende. No entanto, o que muda é o surgimento da necessidade de busca de explicações sobre essa dificuldade apresentada pelo aluno e notada pelos profissionais da área da educação.

Uma das influências para tal mudança foi a teoria da carência cultural, criada nos Estados Unidos durante este período, que surgiu para tentar explicar as diferenças de aprendizagem e de desenvolvimento acadêmico nas crianças que constituíam as minorias.

Tal teoria partia da premissa de que a inteligência é uma capacidade que se pode aumentar através da estimulação ambiental. Portanto as crianças negras, não aprenderiam por conta da diferença de condições que lhes eram proporcionadas, devido as questões econômicas e sócio políticas do momento. Assim, eram oferecidas para essas crianças, programas de educação compensatória, que tendiam a procurar reparar a falta de estímulo que recebiam em seus ambientes domésticos e sociais.

Patto (2010) ao comentar sobre o assunto, explica que, em sua opinião, esta intervenção era insuficiente e inadequada, visto que é impossível instaurar igualdade de oportunidades numa sociedade desigual.

Tal teoria é hoje em dia bastante criticada, pois procurava agir de forma a “tapar o sol com a peneira”. Explicamos: com a teoria da carência cultural, criaram-se programas para diminuir o abismo de aprendizagem entre algumas crianças integrantes das minorias e outras crianças mais social e

economicamente favorecidas, ao invés de o governo se dedicar para tentar diminuir a desigualdade social.

Em uma passagem do livro “Introdução a Psicologia Escolar” de Maria Helena Souza Patto, a autora também discorre sobre tal teoria.

“O pobre não tem condições pessoais para se inserir produtivamente na sociedade e, por isso, é pobre; seu fracasso escolar e ocupacional decorre de deficiências presentes em seu desenvolvimento psicológico, tal como o “provam” instrumentos de observação e de medida tradicionalmente usados pela Psicologia; as causas destas deficiências, por sua vez, estariam no ambiente doméstico, tido pelos pesquisadores como inadequado à promoção do desenvolvimento cognitivo, intelectual e emocional. A circularidade desse raciocínio é evidente: em última instância, afirma-se que o pobre é pobre porque é pobre.” (PATTO, 1997, p. 460)

Críticas e julgamentos à parte, a teoria da carência cultural contribuiu imensamente para a educação pois foi elemento chave para que o psicólogo escolar abandonasse a visão biologicista, e passasse a olhar para os fatores externos à criança: ambientais, econômicos, sociais.

Por volta do mesmo período (início dos anos 1970), foi promulgada no Brasil, a lei n 5.692/71, que consistia na expansão da escolaridade obrigatória e gratuita para todas as crianças. Desta forma, o contexto escolar enfrentou mudanças importantes, visto que sua expansão acompanhava a entrada de crianças de contextos socioculturais e econômicos distintos. Com isso, se observou um aumento do número de alunos classificados como “anormais”, com dificuldade de aprendizagem, de acordo com Barbosa e Marinho-Araújo (2010).

A medida que estes novos fatores se apresentavam ao contexto da educação, tornava-se impossível para o psicólogo escolar e para os outros profissionais presentes no contexto educacional, não minimizarem os fatores

biológicos e considerarem todos os outros que provavam ter uma influência extremamente significativa no desempenho escolar das crianças.

É frente a estas modificações que cresceu uma onda de críticas à utilização dos testes psicométricos pelos psicólogos escolares, visto que estes desconsideravam esses fatores externos; a crítica se estendia ao chamado “reducionismo” adotado pelo psicólogo escolar que se utilizava apenas dos testes para classificar e rotular os alunos.

Até os anos 1960 e início dos anos 1970, notava-se uma passividade dos agentes escolares, pois o fracasso escolar do aluno classificado como aquele que apresenta dificuldades de aprendizagem, ou o “aluno-problema”, não era um fenômeno associado ao processo escolar, a instituição escolar, e seus profissionais – a escola saía incólume de tal processo de investigação.

Com as mudanças que a segunda metade do século XX trazia, o psicólogo escolar passava a considerar a instituição pedagógica como protagonista no chamado fracasso escolar, levando em consideração toda a interdisciplinaridade da escola, e passando a repensar os métodos adotados, admitindo que estes podiam ter relação direta com a dificuldade de aprendizagem do aluno.

No ano de 1981, Patto, publicou sua tese chamada “Psicologia e Ideologia, reflexões sobre a Psicologia Escolar”. Nela, a autora critica o pensamento tradicional de criança-problema, o que reflete em uma mudança de mentalidade frente a tais questões. Segundo Barbosa e Souza (2012), muitas pessoas e estudiosos da área, acreditam que sua tese foi um “divisor de águas” para a psicologia educacional e escolar no país.

Portanto, é na década de oitenta que, nas palavras de Lima (2005), “(...)os ‘problemas de aprendizagem’ passaram a ser vistos como um fenômeno complexo, constituído socialmente, cuja análise deve abarcar os aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais.”(p.21).

Outra mudança marcante que ocorreu neste período, foi a incorporação da nomenclatura da “Psicologia Escolar”, diferenciando-se da Psicologia Educacional, pelos motivos já tratados neste capítulo.

Embora o psicólogo escolar tenha, nos dias de hoje, uma visão muito mais abrangente frente ao fenômeno educacional, não podemos nos iludir e achar que todos os psicólogos escolares atuam de forma ideal e colaborativa

para o processo educacional.

Por mais que tenham ocorrido mudanças no desempenho deste campo da psicologia, ainda enfrentam-se problemas na atuação dos psicólogos escolares referentes a esta “herança” do passado, relativa a visão biologicista adotada na época.

A questão da chamada medicalização da educação encontrou terreno fértil nesta visão biologicista, tornando-se hoje um enorme problema no campo da Psicologia, Psiquiatria, Neurologia e Pediatria. A medicalização da educação consiste na busca de um diagnóstico de uma doença na criança que apresenta mau rendimento escolar. Porém, nos dedicaremos a explorar esse assunto com mais profundidade durante o terceiro capítulo.

Segundo Barbosa e Marinho-Araújo (2010), “acredita-se que a discrepância de opiniões acerca do papel da Psicologia Escolar se deva ao percurso da psicologia desde seu surgimento até os dias atuais.” (p. 397). Por esse motivo, é essencial entendermos a história de tal atuação do psicólogo no Brasil.

Para concluir a cronologia da mudança das teorias da Psicologia Educacional e da ação do psicólogo escolar, citamos Barbosa e Souza, em seu texto “Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão” que a sintetizam de forma exata:

“Compreende-se que o ‘não aprender’ está relacionado a toda uma produção do fracasso escolar, cujas origens se referem a uma multiplicidade de fatores intervenientes, incluindo as políticas públicas educacionais, a formação docente, o material didático, a organização do espaço escolar, entre outros(...) Essa queixa [o não aprender] chega ao psicólogo, que deve, a partir de então, atuar de forma diferente da anterior, que tinha na investigação psicométrica seu maior instrumental de trabalho. Nessa linha de pensamento a função do psicólogo escolar é de modo crítico buscar ir às origens e raízes do processo de escolarização, compreender suas

diferentes facetas, incluir em seu trabalho uma atuação junto ao aprendiz, aos docentes, à família, à escola, à Educação como um todo e à sociedade em que está inserida.” (BARBOSA e SOUZA, 2012, p. 170)

Portanto, o psicólogo que atua na instituição de ensino deve atuar de forma a considerar as inúmeras facetas que constituem o processo de ensino e de aprendizagem. Isso inclui considerar, como citado acima, a sociedade em que a escola está implantada, pois a sociedade e suas questões políticas e econômicas têm influência direta no desempenho escolar do aluno – como observado tanto no caso da questão da teoria da carência cultural, quanto o que ocorreu quando a educação se tornou mandatória e gratuita no Brasil nos anos 1970, fatos apresentados anteriormente neste capítulo.

O psicólogo escolar então, na atualidade, deve saber lidar com uma pluralidade de questões e exercer várias funções. Para isso, é extremamente importante que a atuação do psicólogo envolva considerar toda a história da Psicologia Escolar, para que assim pondere o que pode contribuir, e o que pode prejudicar o processo de aprendizagem e o desenvolvimento social do aluno na escola.

## **CAPÍTULO 2: O PSICÓLOGO ESCOLAR NA CONTEMPORANEIDADE**

### **2.1. *Função do psicólogo escolar na atualidade***

Desde o surgimento da Psicologia Escolar no início do século XX, vem-se notando uma transformação na atuação do campo, assim como um aumento da gama de opções das possibilidades de tal desempenho. Tal mutação se dá principalmente pela ampliação da atuação do psicólogo em geral – atualmente, os psicólogos estão presentes e atuantes em campos organizacionais e institucionais de diferentes áreas, o que não se via há anos atrás, quando a psicologia era destinada quase exclusivamente à prática clínica.

Neste capítulo, pretende-se esclarecer as possibilidades de ação do psicólogo no contexto escolar. Para isso, deve-se ter clareza do que consiste verdadeiramente o conceito de Psicologia Escolar.

As possibilidades de atuação do psicólogo escolar na instituição de ensino e suas funções ainda protagonizam discussões entre os profissionais atuantes na área educacional. Principalmente por ser uma área que vem se modificando desde o seu surgimento, ainda não é completamente claro para alguns o que o psicólogo escolar pode e deve fazer para colaborar com o processo educativo (incluindo neste todas as relações interpessoais que lá acontecem e as transformações que se sabe que o aluno irá enfrentar).

Entre as tarefas descritas pelo Conselho Federal de Psicologia na resolução número 014/00, destaca-se a passagem onde se explicita que o psicólogo escolar tem como uma de suas metas: analisar as relações entre os diversos segmentos do sistema de ensino e sua repercussão no processo de ensino para auxiliar na elaboração de procedimentos educacionais capazes de atender às necessidades individuais.

Logo, é imprescindível que o psicólogo adote posturas de modo a contribuir para que o processo de aprendizagem e de convivência na escola como contexto social do aluno seja o mais vantajoso possível, abandonando assim a ideia de aluno como dono permanente de sua própria dificuldade.

Souza (2009) ressalta a importância de se compreender o processo educacional como produto das relações estabelecidas na escola,

considerando também as políticas educacionais do local de ensino. Portanto, deve-se abdicar a tendência de culpabilização do aluno, a rotulação e a classificação, como visto no capítulo anterior.

Primeiramente, deve-se ressaltar a importância da presença constante do psicólogo escolar no ambiente escolar em questão. Segundo Maria Cristina Kupfer (1997), quando o psicólogo instala-se em tal contexto, pode-se conhecer o “peso dos determinantes sociais sobre os problemas de aprendizagem”.

Embora já tenhamos apresentado outras definições para o psicólogo escolar no capítulo anterior, trazemos a demarcação de Martinez (2003), que afirma que a Psicologia Escolar é um campo de atuação do psicólogo, no qual este usa os conhecimentos da Psicologia para que possa assim “contribuir para otimizar o processo educativo, entendido como complexo processo de transmissão cultural e de espaço de desenvolvimento de subjetividade” (p.41).

E completará:

“O arcabouço de saberes da Psicologia que o psicólogo escolar utiliza na sua atuação está determinado pelas tarefas que se propõe realizar, pelos desafios que sua prática lhe coloca e, sem dúvida, pela representação que tem dos elementos envolvidos nos desafios a enfrentar, independentemente do campo ou da área da Psicologia em que esses conhecimentos tenham sido originariamente produzidos.

(...) [o psicólogo escolar] é um profissional que utiliza os *conhecimentos produzidos sobre o funcionamento psicológico humano para colaborar com os processos de aprendizagem e desenvolvimento que têm lugar no contexto escolar*, tendo em conta a completa teia de elementos e dimensões que as caracterizam e que, de alguma forma, nos determinam” (MARTINEZ, 2010, p.42, destacamos)

Espera-se que o psicólogo escolar atue de forma benéfica e paliativa no contexto escolar. Albertina Mitjáns Martínez, em seu texto “O que pode fazer o psicólogo na escola?”, enumera sabiamente as formas de atuação do psicólogo escolar, classificando-as entre “tradicionais” e “emergentes”.

De acordo com os estudos sobre a função do psicólogo escolar na atualidade, podemos entender que a autora faz uso de tal método de separação visto que, como já dito anteriormente, o psicólogo atualmente exerce um leque de diferentes atuações na conjuntura escolar. Algumas delas são “tradicionais” pois já vêm aparecendo no contexto educacional há algum tempo, enquanto as chamadas funções “emergentes” dizem respeito a novas formas de atuação do psicólogo na escola, que correspondem a demandas mais atuais, e apresentam maior amplitude quanto ao desempenho do psicólogo.

Pode-se afirmar que a tendência é que o psicólogo escolar atue, cada vez mais, nessas novas funções – o que não diminui a necessidade de o psicólogo na instituição escolar continuar protagonizando as funções tradicionais. A seguir, estudaremos mais a fundo cada uma das principais funções (de ambas as segregações) do psicólogo escolar no Brasil.

Como já explorado no capítulo anterior, as funções de avaliar, diagnosticar e encaminhar os alunos com problemas de aprendizagem ainda são as mais clássicas formas de ação do psicólogo na escola.

Já foi visto que a aplicação de testes era feita de forma quantitativa, e visava diagnosticar os alunos para assim classificá-los entre os que estavam aptos e os que não estavam aptos para aprender (Andrada, 2005).

Hoje, o método de avaliação do aluno e aplicação de testes tende a ser feito de forma bastante distinta; a avaliação e o diagnóstico em alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem ou de comportamento “inadequado” na escola, envolvem o uso de um leque de instrumentos de investigação.

Estes métodos, visam avaliar os alunos de forma qualitativa, e menos quantitativa, como era feito durante grande parte do século XX; faz-se então, o diagnóstico através da troca, da conversa, da interação. Portanto, o psicólogo escolar na atualidade faz uso da observação dos alunos em questão em sala de aula, de conversas com eles e seus colegas de sala,

além de jogos de diferentes tipos, para fazer a avaliação de determinada criança.

Assim, o psicólogo pode chegar a compreensão dos motivos pelos quais o aluno pode estar apresentando determinadas dificuldades – fator este que por muito tempo nem sequer interessava os psicólogos escolares ou outros profissionais do contexto escolar, pois como visto no primeiro capítulo, seu interesse limitava-se a classificação e encaminhamento para tratamentos terapêuticos ou psiquiátricos.

O Conselho Federal da Psicologia, publicou em 1992 um documento chamado “Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil”. Na parte dedicada a tratar sobre as funções profissionais do psicólogo na educação, explica-se que um dos papéis que o psicólogo deve exercer na área da educação é:

“Diagnostica as dificuldades dos alunos dentro do sistema educacional e encaminha, aos serviços de atendimento da comunidade, aqueles que requeiram diagnóstico e tratamento de problemas psicológicos específicos, cuja natureza transcenda a possibilidade de solução na escola, buscando sempre a atuação integrada entre escola e a comunidade.”

Martinez (2010), complementa a afirmação trazida acima, no momento em que afirma que o trabalho do psicólogo escolar quando diz respeito ao diagnóstico e avaliação de alunos, consiste em compreender a origem das dificuldades escolares, para que assim o psicólogo possa trabalhar junto com o professor e com a família do aluno em prol de buscar estratégias educativas que resolvam os problemas apresentados pelo aluno.

No entanto, a avaliação qualitativa, feita através de um contato mais pessoal, elaborado e humanizado, não exclui o fato de que ainda existem inúmeros psicólogos escolares nos dias de hoje, que ainda fazem uso exclusivo dos métodos de aplicação de testes quantitativos, tais como o teste formulado por Binet e explorado no primeiro capítulo.

A segunda forma de atuação do psicólogo escolar na atualidade a ser trabalhada nesse texto, é a chamada orientação profissional. Esta prática, consiste em uma intervenção que visa orientar a pessoa a “realizar escolhas conscientes e autônomas na definição de sua identidade profissional” (Melo-Silva & Jacquemin, 2001 *apud* CARVALHO e MARINHO-ARAÚJO, 2010)

Segundo Carvalho e Marinho-Araújo (2010), a orientação profissional surgiu devido à forte influência da aplicação de testes psicológicos (cuja ciência é chamada de Psicometria), que, como já estudado no capítulo anterior, surgiu no Brasil no início do século XX. Por volta dos anos 1940, a prática da orientação profissional apareceu no ambiente escolar.

De acordo com Bock e Aguiar (1995), o psicólogo deve trabalhar para a promoção da saúde, ou seja deve “compreender e trabalhar com o indivíduo a partir de suas relações sociais: significa trabalhar estas relações construindo uma compreensão sobre elas e sua transformação necessária.” (p.12). O psicólogo precisa atuar de forma que colabore para que cada pessoa (envolvida nos processos coordenados pelo psicólogo) entenda-se como indivíduo histórico e inserido sócio-culturalmente.

Segundo a tese dos autores, a prática de orientação profissional exercida por psicólogos consiste portanto em uma prática de promoção da saúde, pois promove momentos reflexivos relacionados ao período vivido pelos adolescentes e jovens adultos.

Após a regulamentação da profissão do psicólogo que ocorreu em 1962, a orientação profissional passou a ser algo exercido na psicologia clínica. Alguns anos depois, porém, estudiosos da área da psicologia passaram a questionar a efetividade que tal intervenção poderia ter no processo de escolha profissional do jovem que procurava ajuda. (Carvalho e Marinho-Araújo, 2010). Isso se justificava pelo fato de que não havia teorias psicológicas o suficiente que tivessem se dedicado a estudar a fundo o processo de escolha vocacional e profissional.

Independente disso, a psicologia clínica vem crescendo muito nas últimas décadas, de forma que há inúmeros psicólogos escolares que exercem tal técnica, e outros estudiosos da área que contradizem a crítica trazida acima, justificando a importância de tal prática ser feita no contexto clínico.

Portanto, possivelmente por esta não ser uma prática exclusiva do psicólogo na escola, muitos estudiosos da área e até os outros profissionais da educação ainda atribuem à orientação profissional na escola, uma função secundária e não muito necessária. Isso se dá por acreditarem que o ambiente escolar, suas relações interpessoais e os problemas de aprendizagem de certos alunos são mais importantes do que a escolha profissional do aluno, visto que essa intervenção diz respeito a algo que acontecerá quando o aluno já não fizer mais parte da escola, e por haver a opção de que esta possa ser feito na clínica.

Porém, a orientação profissional é também uma das funções listadas pelo Conselho de Psicologia, no documento já citado acima. Nele, consta que o psicólogo escolar, na prática da orientação profissional:

“Desenvolve programas de orientação profissional, visando um melhor aproveitamento e desenvolvimento do potencial humano, fundamentados no conhecimento psicológico e numa visão crítica do trabalho e das relações do mercado de trabalho.”

O psicólogo escolar pode realizar atividades relacionadas à orientação profissional que não só se limitam aos testes qualitativos e quantitativos feitos em uma sala somente entre o aluno e o psicólogo. As atividades tem como foco, principalmente o aluno de ensino médio, por conta da proximidade com o momento de conclusão do período escolar.

A orientação profissional quando realizada na instituição de ensino, pelo psicólogo da escola, tem como uma de suas vantagens, o fato de poder ser realizada em grupo.

Este pode organizar, segundo Carvalho e Marinho Araújo, 2010:

“ações pedagógicas, visando à discussão de temas relacionados à escolha da profissão, realização de oficinas com os alunos, nas quais sejam trabalhados conflitos, medos e mitos referentes à adolescência; realização de feiras e

elaboração de material informativo sobre profissões e cursos de formação profissional e outros. (p.225)

Além disso, o psicólogo escolar quando promove discussões e atividades em grupo, tais como jogos ou dinâmicas envolvendo psicodrama, por exemplo, dá a oportunidade de os alunos se escutarem e dividirem situações, angústias e aspirações.

Seguindo a sistemática usada por Martinez no texto já citado anteriormente, tratando-se das funções chamadas “tradicionais” do psicólogo escolar, devemos explicar também a função de promover orientação sexual aos alunos.

Visto que os alunos passam grande parte de seus dias na escola, o ambiente escolar se torna um dos principais cenários onde haverá a socialização, processo este que acompanha o surgimento e desenvolvimento da sexualidade na criança e no adolescente. Assim, a escola deve promover um momento no qual o psicólogo escolar trabalhe com os alunos o sentido que é atribuído para a sexualidade, além da responsabilidade que tal ato demanda.

De acordo com Suplicy (2004 *apud* Meira et al, 2006), a orientação sexual abarca

“o desenvolvimento sexual compreendido como: saúde reprodutiva, relações interpessoais, afetividade, imagem corporal, autoestima e relações de gênero. Enfoca as dimensões fisiológicas, sociológicas, psicológicas e espirituais da sexualidade através do desenvolvimento das áreas cognitiva, afetiva e comportamental incluindo as habilidades para a comunicação eficaz e a tomada responsável de decisões “(Suplicy et al., 2004, p. 26)

O fato de a orientação sexual ser normalmente realizada em grupo e não individualmente, permite que o aluno escute e respeite o outro, criando

através de atividades como esta, um senso de ética e consideração. É também uma ocasião em que o grupo pode se dedicar a pensar suas decisões, e entender que toda ação tem uma consequência.

Portanto, por mais que a orientação sexual seja feita na maioria das escolas em um contexto de grupo, este é um momento em que se exercita auto percepção, ao mesmo tempo que também faz com que o aluno pratique o pensar na relação com o meio e com os outros à sua volta.

É responsabilidade da escola promover projetos e oficinas de orientação sexual para assim atribuir à sexualidade uma visão positiva e “desestigmatizada”, de forma que os alunos possam entender que os assuntos sexuais não devem ser proibidos e não compreendem conteúdos que não devem ser falados abertamente. (Meira et al, 2006).

Seguindo o pensamento de Beraldo (2003), é essencial fazermos uma diferenciação de duas frentes; a educação sexual e a orientação sexual. A educação sexual acontece no ambiente familiar de cada um, e é singular e subjetiva, visto que está condicionada aos valores transmitidos por seus pais ou responsáveis. Desde o nascimento do indivíduo, são passados a ele noções e valores referentes à sexualidade, mesmo que não intencionalmente. Conforme as noções de Sayão (1997), o comportamento dos pais, a forma que os pais tratam seus filhos, assim como as outras pessoas à volta da criança e a forma que estas se portam frente à criança, tudo isso constituirá um rol de valores que são passados para a criança.

Além disso, os livros que a criança lê, os programas que assiste, a mídia em geral - incluindo aquilo que é destinado para crianças, e o que não é mas a criança tem acesso (tais como programas dedicados para adultos, revistas e fotografias com conteúdo erótico) - também influenciarão nos valores que a criança irá incorporar referente à sexualidade. Isso nos leva a concluir que a educação sexual é algo completamente subjetivo, pois diz respeito à bagagem de cada indivíduo.

Por isso, é muito importante que os pais de alunos entendam, que o processo de orientação sexual e a educação sexual são complementares, mas não são sinônimos. Não se pode atribuir à escola o encargo de transmitir todas as noções relativas à sexualidade e responsabiliza-la pela forma com que a criança lidará com sua sexualidade. Percebemos aqui, um exemplo

que ilustra quão importante é que os pais e a instituição escolar possam trabalhar em parceria.

Outra forma importante de atuação do psicólogo na escola é a de orientar os professores da instituição frente a possíveis dificuldades de lidar com determinados alunos que apresentem dificuldade de aprendizagem, comportamento, ou de cunho emocional, segundo Martinez (2010).

A orientação de professores é também uma forma de contribuição na formação do professor e visa otimizar o desempenho de sua função como educador, de forma que este possa compreender as dificuldades apresentadas pelo aluno levando em consideração toda a sua complexidade e suas origens, cuja importância já foi explorada anteriormente. Desta forma, espera-se que o professor, recebendo tal auxílio do psicólogo escolar, possa lidar com o aluno ponderando suas limitações e possibilidades.

A última função do psicólogo da categoria das “funções tradicionais” que trataremos neste item, é a elaboração e coordenação de projetos educativos específicos. Cabe também ao psicólogo escolar elaborar estratégias de intervenção para conscientizar os alunos e integrantes da instituição educacional sobre alguns temas. De acordo com Martinez (2010), esses projetos “surgem como resposta aos problemas concretos que se expressam na escola ou na comunidade onde a instituição está inserida” (p.46).

Por isso é fator essencial que os temas abordados tenham relação com os alunos e seu momento de vida, além de seu contexto social, para que aquilo faça sentido para o aluno, e que ele possa assim se identificar e se preocupar com as questões a serem abordadas.

Estes projetos normalmente estão relacionados à violência, drogas, preconceito, gravidez precoce, entre outros.

## **2.2. *Novas funções do psicólogo escolar***

O texto que estamos usando como base, de autoria de Albertina Mitjanes Martinez, explora também as funções chamadas de “emergentes”, devido ao fato de serem mais recentes do que as tradicionais.

Estes papéis do psicólogo são articulados às funções vistas no item anterior, e estes não se excluem, mas se complementam. Estas novas funções do psicólogo na instituição de ensino consideram os aspectos psicossociais de forma central.

Embora a Psicologia Escolar esteja inclinada a dar mais enfoque para os processos psicoeducativos do que para a dinâmica psicossocial da escola, deve-se entender a instituição de ensino como cenário de interações interpessoais constantes.

Por isso, atualmente, muitos psicólogos escolares têm se encarregado de organizar estratégias e dinâmicas para manter a equipe profissional da escola trabalhando de forma harmoniosa, para que assim potencialize o trabalho desse time.

Além disso, o psicólogo escolar pode também ter participação na elaboração e implementação da proposta pedagógica da instituição. Segundo Martinez (2010), essa proposta pedagógica reflete a “intencionalidade educativa que se expressa de maneira viva no conteúdo e na forma que assumem as ações educativas que caracterizam o trabalho da escola”. (p.48). A atuação do psicólogo nessa área pode ser de várias formas, como a coordenação do trabalho em grupo, visto que, considerando a complexidade das relações humanas, os trabalhos em grupo podem resultar em inúmeros atritos ou desentendimentos. O psicólogo escolar pode também participar na definição coletiva de funções de cada um dos profissionais que constituem o contexto escolar.

O psicólogo escolar nos dias atuais vem também atuando na participação no processo de seleção dos membros da equipe pedagógica.

O chamado “recrutamento e seleção” é uma forma de atuação muito comumente realizada por psicólogos em empresas, na área de Recursos Humanos. Aqui, o psicólogo escolar procura, através de instrumentos de avaliação, selecionar os melhores candidatos a determinada vaga no contexto educacional.

Segundo Avelar, Leitão e Martínez (2003), é uma prática adotada principalmente por escolas particulares, que consiste em um processo seletivo mais completo, que normalmente inclui entrevistas, e até observação da performance do candidato a vaga em sala de aula, para que assim se

entenda se o candidato é apto para realizar tal trabalho de forma eficaz, mas se também tem os mesmos valores que aqueles da instituição.

No primeiro capítulo desta dissertação, fizemos uma diferenciação entre a Psicologia Escolar e a Psicologia Educacional. Esta última, diz respeito a uma vertente da Psicologia que se dedica à pesquisas e produção de conhecimento a respeito do fenômeno escolar. Atualmente, o próprio psicólogo escolar tem explorado a possibilidade de se dedicar também à pesquisas que visam a melhoria do processo de aprendizado.

Portanto, ainda há sim uma diferenciação entre o que faz o psicólogo escolar e o que faz o psicólogo educacional, porém a prática de pesquisa por parte do próprio psicólogo escolar reflete uma dedicação a estudar a complexidade que é o processo educativo e a vivência escolar.

No entanto, segundo Martinez (2010), há uma pluralidade de fatores que dificultam o exercício da pesquisa por psicólogos escolares tais como:

“(...)a tradicional separação entre pesquisa e trabalho profissional, a representação social da pesquisa como atividade essencialmente acadêmica e a dinâmica complexa do cotidiano considerando as difíceis condições em que se desenvolve o trabalho”. (p. 51)

### **CAPÍTULO 3: O PSICÓLOGO ESCOLAR FRENTE À QUESTÃO DA MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

No primeiro capítulo deste trabalho, apresentamos uma cronologia do surgimento da profissão do psicólogo escolar, desde seu aparecimento, até os dias atuais. Assim, pode-se entender que durante todo o século XX, o trabalho do psicólogo escolar foi se modificando e sendo repensado.

Como visto anteriormente, a partir da segunda metade do século XX, os diferentes períodos tiveram seus respectivos focos de estudo a serem questionados e criticados pelos profissionais da área, sendo que cada um destes focos tinha forte relação com o momento sócio-político-cultural que se vivia no país. Esses questionamentos e estudos traziam as transições que visavam a melhoria do processo educativo da criança, ou assim se acreditava na época.

Por mais que o processo educativo tenha se modificado muito, e o olhar em relação às questões relacionadas a esse processo venha também se alterando, a Psicologia em sua relação com a Educação enfrenta hoje um problema muito sério: a chamada medicalização da Educação.

No presente capítulo, vamos estudar de forma crítica as considerações sobre a questão da medicalização da Educação e como o psicólogo escolar deve lidar com esse assunto, visando sempre o bem-estar e a otimização do processo educativo.

Primeiramente, é necessário entendermos o conceito de medicalização. Segundo Meira (2012) entende-se por medicalização o

“Processo por meio do qual são deslocados para o campo médico problemas que fazem parte do cotidiano dos indivíduos. Desse modo, fenômenos de origem social e política são convertidos em questões biológicas, próprias de cada indivíduo.”  
(Meira, 2012, p.135)

De acordo com o Conselho Regional de Psicologia (na campanha: “Não à Medicalização da Vida” de 2012), a medicalização é o processo em que questões não médicas, multifatoriais e que envolvem aspectos sociais,

econômicos e culturais são reduzidos à problemas médicos. Assim, problemas de diferentes ordens são chamados de “doenças” ou “distúrbios”, as questões coletivas são tomadas como individuais, e as questões sociais são consideradas biológicas.

Logo, a insônia se torna distúrbio do sono, a tristeza se torna depressão, e as pessoas passam a ser medicadas de forma desnecessária, criando através de medicamentos a ilusão de que podemos fugir de sentimentos e sensações naturais através de tratamentos farmacológicos.

A chamada medicalização da educação, a ser estudada aqui, é a aplicação de tal processo de deslocamento, no contexto escolar e educacional.

Segundo Moyses, a medicalização da educação é um

“Grave problema educacional, de origem sócio-pedagógica como questão médica, tentando encontrar em cada criança, a nível individual, uma ‘doença’ que justifique seu mau rendimento escolar”. (Moyes, 1992, p. 29)

De acordo com Meira (2012), esta lógica com visão biologicista e organicista, leva pais e profissionais da educação a se perguntarem “o que a criança tem que não consegue prestar atenção?”, quando a pergunta que deveria estar sendo feita é: “o que na escola produz a falta de atenção e concentração?”. Essa é uma das grandes causas pela qual o Brasil está na lista dos países com maior taxa medicalização infantil.

O TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), por exemplo, é um dos diagnósticos mais frequentes quando se fala em medicalização da educação, ou da patologização infantil. De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais – IV Edição (DSM-IV) da Associação Americana de Psiquiatria, alguns dos sintomas do TDAH são: falta de atenção em detalhes ou erros por falta de cuidados nos trabalhos escolares, sendo estes muitas vezes confusos e realizados sem meticulosidade e feitos sem a consideração adequada; dificuldade para manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas, apresentando dificuldades em persistir em terminar tarefas; frequentemente aparentam estar com a

mente em outro lugar; dificuldade para organizar tarefas; remexer-se na cadeira; não permanecer sentado quando deveria; fazer comentários inoportunos.

Frente a descrição de tais sintomas, muitas vezes, crianças “normais”, ou seja, não portadoras de síndrome alguma, mas por inúmeros motivos de diferentes ordens, realizam tais ações e apresentam tais atitudes, acabam sendo diagnosticadas como portadoras de transtornos de aprendizagem, e logo, são indicados tratamentos psiquiátricos, como por exemplo, a administração do remédio *ritalina* no caso de diagnóstico de TDAH. Assim, o chamado fracasso escolar é justificado, culpabilizando a criança e a saúde do aluno (ou no caso, a falta desta).

É importante constatar o enorme número de casos de medicalização de crianças perfeitamente saudáveis, que são consideradas portadoras de doenças que só se manifestam na hora de estudar. É leviano afirmar que possam haver doenças que prejudiquem exclusivamente o desempenho acadêmico da criança.

Segundo Moyses (1992), existem sim doenças que interferem na vida escolar da criança, porém essas doenças teriam também grande impacto na vida pessoal da criança, no brincar da criança, e sua vida em casa. Primeiramente, se a criança está doente, o primeiro indício seria a incapacidade de frequentar a escola, o que resultaria em grande números de faltas na instituição de ensino. Na maioria dos casos, isso não acontece, pois a criança recebe o diagnóstico referente exclusivamente ao seu comportamento em sala de aula, ou no ambiente escolar.

Ainda citando Moyses (2012), podemos dizer que esta visão que resulta na medicalização de crianças e as “patologizam”, corresponde a uma concepção médica que encara o processo saúde-doença como algo subjetivo e individual. Essa concepção considera o social como apenas uma das variáveis no processo de aprendizagem e do fracasso escolar, de forma que os aspectos sociais se tornam agentes coadjuvantes segundo esta visão. A autora dirá que essa concepção tem “medicalizado as grandes questões sociais”.

Em contraponto a isto, há autores que acreditam na dialética contrária a teoria apresentada acima. É uma linha da medicina que vê a saúde ou a

doença como resultado das condições de vida, como reflexo do grupo social em que o indivíduo está inserido; segundo esta linha, o social é o grande determinante dos problemas de saúde da população.

Ambas as teorias contém mitos, e tendem a cair em preconceitos e estereótipos. Portanto, aplicando esta premissa ao assunto tratado no presente estudo, devemos enxergar o indivíduo protagonista do processo escolar e seu desempenho educacional como resultado dos aspectos sociais que o cercam, e dos fatores biológico e psíquicos que o constituem.

Moyses e Collares (2003) fizeram uma pesquisa onde coletaram frases ditas por profissionais da área da educação e da saúde que expressavam suas opiniões sobre as dificuldades de aprendizagem e do fracasso escolar.

O resultado de tal pesquisa mostra que os profissionais tanto da área da educação, quanto da saúde, independente da possível diferenciação de todo o conhecimento acumulado durante suas vidas profissionais e acadêmicas, atribuem os motivos do fracasso escolar nas crianças e em suas famílias.

Segundo as autoras, todas as pessoas entrevistadas tanto apontam as causas da dificuldade de aprendizagem como centradas na criança, como também atribuem problemas biológicos como o foco do não aprender na escola.

Para ilustrar como os conceitos e preceitos sobre o fracasso escolar tendem a ser baseados em senso comum, preconceitos e estereótipos, as autoras trazem em seu texto quatro citações, sendo uma feita por uma professora, uma por um psicólogo, uma por uma fonoaudióloga e outra por um médico. São essas: “Hiperativa é criança com problema neurológico. Não para, nada a satisfaz, distraídas, dispersas, incomodam...”. Ou “Dislexia é uma doença neurológica, que se caracteriza pela grande dificuldade em aprender a ler e escrever.” Ainda: “As crianças não conhecem, não discriminam, não tem sequência de ideias, não têm coordenação motora” e por último: “A hiperatividade é uma doença neurológica que dificulta a aprendizagem”.

As autoras frisam, que nem sequer se consegue distinguir qual profissional falou qual frase; devido a falta de cuidado com o comportamento e desempenho escolar do aluno, postura essa que tende a “*patologizar*” a criança.

Observamos, então, que mais uma vez a escola é considerada livre de responsabilidades frente à questão do fracasso escolar. Um exemplo: uma criança pode estar recebendo o diagnóstico de hiperativo, ou de outro distúrbio de comportamento, pela forma que se porta frente a professora. Porém, a escola tende a não olhar a forma com que a professora pode estar se portando frente ao aluno. Assim, acaba se focando apenas no individual, o que resulta no aluno ser culpabilizado e medicado, e a instituição de ensino é considerada ileso.

Psicólogos, educadores, filósofos, sociólogos, e todos aqueles que atuavam ou estudavam a área da Educação, passaram a segunda metade do século XX tentando desmistificar o olhar organicista e biologicista que justificava os problemas de aprendizagem e de comportamento. Era uma lógica retrograda, que passou por importantes períodos de denúncia e análise, para que finalmente se provasse a ineficácia de analisar o processo de educação como algo subjetivo e biológico.

Porém nos vemos obrigados a concluir que estamos vivendo um período de retrocesso no âmbito escolar, pois a medicalização da educação é a representação do retorno desta visão.

A aprendizagem ultimamente voltou a ser referida como algo que diz respeito exclusivamente ao aluno – é responsabilidade dele, e se ocorrem problemas no processo de aprendizagem, a culpa é dele, e o prejudicado é ele. Portanto, é algo inerente ao aluno.

Seguindo essa máxima, a aprendizagem (ou a não aprendizagem) é um elemento sobre o qual o professor não tem acesso, e por isso sente que não tem responsabilidade (Moyses e Collares, 1994). Inclusive, não só o professor, quanto a instituição escolar como um todo não é questionada: o diagnóstico é feito unicamente sobre o aluno.

Dessa forma, depois que o aluno é rotulado e diagnosticado, o professor sente que não é mais responsável pelo fracasso escolar da criança, pois quando a criança é qualificada como “disléxica” ou “hiperativa”, por exemplo, o problema não é da escola, e sim, da criança.

Logo, o que tende a acontecer muito, segundo Moyses e Collares (1994), é a criança incorporar esses rótulos, incorporar a doença em si, o que

afeta muito a sua autoimagem, afetando assim a sua aprendizagem, e, por conta dessa incorporação da doença, confirma o diagnóstico.

“Muitas pessoas que se encontram com alguma forma de sofrimento ou de mal-estar social, por sentirem-se rechaçadas, rejeitadas, inoportunas e tantas outras possibilidades, identificam-se com determinados diagnósticos na medida em que, no momento em que passam a ser consideradas doentes, deixam de ser culpadas por suas características, as quais, consideram que incomodam os demais. Outras situações de angústia, insatisfações, tristeza, entre outras, podem ser facilmente medicalizáveis.”  
(AMARANTE e TORRE, 2010, p.157)

Frente as considerações feitas acima pelos autores, podemos constatar que tanto o diagnóstico, quanto a conseqüente medicalização, trazem a sensação de “ausência de culpa”.

Quando uma criança é diagnosticada, o educador sente que não é culpado, sentimento esse que também podem vir por parte dos pais. Já a criança, tanto pode se sentir diminuída e com a autoestima prejudicada, quanto pode se sentir aliviada por acreditar que, se é portadora de algum distúrbio, não é culpada por seu fracasso escolar.

Por isso, a medicalização permite que nem a própria criança, nem a escola, tenha que lidar com suas angústias e limitações.

Por conta de todos esses fatores, a medicalização vai dilatando sua incidência no mundo contemporâneo, de forma que oferece soluções a doenças que, muitas vezes, nem sequer existem.

O papel do psicólogo escolar frente a este enorme problema, é impedir que a escola se ausente das responsabilidades do fracasso escolar, e que o aluno possa ser compreendido em sua totalidade, incluindo assim as suas dificuldades, para entender sua origem, e trabalhar tais características.

O Conselho Federal de Psicologia, na campanha chamada “Não à Medicalização da Vida” (julho de 2012), explica que passamos por um grave

momento histórico, pois se observa um “retorno das explicações organicistas centradas em distúrbios e transtornos no campo da educação para explicar dificuldades de crianças na escolarização”.

Frente a isso, vem sendo feita uma forte crítica à indústria farmacêutica que visa a comercialização em grande escala de medicamentos para transtornos mentais e de comportamento.

A produção da indústria farmacêutica de remédios que asseguram o alívio de sentimentos inerentes ao ser humano (Guarido, 2007), encontra-se em processo de crescimento gradual. Isso se dá por uma junção de fatores, incluindo o marketing dessa indústria, muitas vezes camuflado na mídia.

Um exemplo disso, é dado por Amarante e Torre (2010), quando aponta pesquisas que indicam índices relacionados à medicalização (Como por exemplo, a Associação Brasileira de Psiquiatria que, com pesquisa feita juntamente ao Ibope, indica que cinco milhões de crianças brasileiras têm transtornos mentais). De acordo com o autor, essas pesquisas contribuem para a medicalização da infância, o que se confirma pelo fato de diversas pesquisas como esta terem recebido apoio financeiro da própria indústria farmacêutica, visando o lucro.

A volta deste pensamento anacrônico, nos faz questionar o papel do psicólogo frente a esta importante questão.

De acordo com Guarido (2007), normalmente o professor ou coordenador da instituição escolar observa comportamentos nas crianças que julgam ser incomuns ou inaceitáveis em sala de aula, e que acreditam se assemelhar com comportamentos notados em crianças com determinadas síndromes, comportamentos esses muitas vezes divulgados na mídia leiga. A criança é então encaminhada para as avaliações de psicólogos e psiquiatras. E é neste momento que faz-se tão necessário o posicionamento e sensatez do psicólogo escolar.

O psicólogo escolar deve atuar de forma ética, buscando a melhoria da qualidade da escola e dos benefícios que a instituição deve proporcionar aos alunos. Deve então agir e proporcionar a conscientização dos pais e profissionais de ensino para que enxerguem a interface Educação-instituição escolar em sua multiplicidade de fatores, incluindo a vida escolar, as práticas

de ensino, os processos de estigmatização, as diferenças socioeconômicos na escola, questões de gênero, entre outras.

Para isso, o psicólogo escolar deve trabalhar para deslocar a atenção para as patologias, e “sintomas” apresentados pelo aluno, e redirecionar esse olhar, pensando os métodos de ensino, a relação professor-aluno e instituição-aluno, considerando os fatores sociais e econômicos do aluno, e assim, considera-lo finalmente como um ser social, produto de todos os fatores que viveu e vive, tanto em casa, quanto na escola.

## CONCLUSÃO

A partir dos elementos e fenômenos apresentados neste trabalho, podemos tirar algumas conclusões a respeito do papel do psicólogo na instituição de ensino.

Pudemos observar que a atuação do psicólogo se desenvolveu muito desde o seu surgimento no início do século XX, e que as funções do psicólogo nesta área se expandiu com intensidade.

Como apresentado no primeiro capítulo deste estudo, até meados do século XX o psicólogo escolar tinha seu desempenho extremamente restrito e limitado a funções específicas. Lidava exclusivamente com o aluno que apresentava dificuldades.

O psicólogo escolar no momento atual tem inúmeras possibilidades de atuação. Este trabalha tanto com o aluno com dificuldade, quanto com qualquer outro; trabalha com pais de alunos, grupos de alunos e promove oficinas a respeito de assuntos de interesse dos mesmos. Lida também com a equipe de professores e profissionais da instituição; atua na elaboração da proposta pedagógica da escola, além de tantas outras formas de desempenho do psicólogo neste contexto.

Analisando esta mudança, podemos concluir que as formas de atuação do psicólogo na escola aumentaram por conta de seu processo histórico. O psicólogo iniciou seu trabalho na instituição escolar devido a uma demanda específica, porém sua importância foi sendo percebida, de forma que a sua participação foi se expandindo para outras áreas.

A história da Psicologia Escolar tem um valor imenso para a forma que o psicólogo atua atualmente. De acordo com este estudo, podemos ressaltar que o passado tende a refletir de forma muito marcante no momento presente na área da Psicologia Escolar.

Utilizaremos a aplicação de testes e diagnóstico de alunos com problemas de aprendizagem para discutirmos tal afirmação. A forma que o psicólogo escolar aplicava os testes de inteligência, e o modo que os avaliava durante as primeiras décadas do século passado, é extremamente distinta da forma que se faz hoje; atualmente, consideram-se inúmeros fatores para realizar determinado diagnóstico. Essa mudança se deu por um motivo: esse

desempenho do psicólogo e os impactos que causava foram sendo observados, estudados, e durante décadas, vem se modificando para beneficiar o aluno e sua vivência escolar.

Portanto, nota-se uma mudança significativa frente a forma de lidar e diagnosticar a dificuldade de aprendizagem ou de cunho social no cenário escolar. Esta transformação vem se provando extremamente benéfica para o aluno, a partir do momento que o psicólogo escolar passa a ter um olhar atento aos problemas apresentados pelo aluno.

Em contraponto, ainda lidando com a relação passado-presente, e explorando a cronologia dos fatos apresentados no presente trabalho, observamos um efeito contrário quando exploramos a questão da medicalização da educação.

No passado, os problemas de aprendizagem e de comportamento eram analisados pelos psicólogos escolares de maneira organicista e biológica, que tendia a culpabilizar o aluno por sua própria dificuldade, e desconsiderar suas questões psíquicas e sociais, além de não qualificar a instituição escolar como fator indispensável nesta complexa equação, que é a dificuldade no processo de aprendizagem.

Como produto de muito trabalho por parte de pesquisadores do tema e psicólogos e profissionais da área da educação, esse olhar foi se modificando e conseqüentemente as maneiras do psicólogo escolar abordar esses problemas foram mudando, de forma que os fatores sociais passaram a ser analisados de forma tão cuidadosa quanto os orgânicos.

No entanto, com a questão da medicalização e patologização das dificuldades de aprendizagem, estamos vivendo um período de retomada desta visão usada no passado. Quando o psicólogo escolar diagnostica o aluno como portador de algum transtorno mental de forma irresponsável e que desconsidera sua complexidade e a multiplicidade de fatores que este diagnóstico deve implicar, está retomando a lógica organicista usada anteriormente, e que já se provou extremamente prejudicial ao aluno.

Portanto, podemos concluir que encaramos um antagonismo importante; da mesma forma que as maneiras de atuação do psicólogo escolar no passado sofreram muitas mudanças para passar a enxergar a

necessidade de atuar de forma a otimizar o processo escolar do aluno, em outros casos, essa lógica já não se aplica.

A história e a cronologia da Psicologia Escolar no Brasil e no mundo, deve refletir na atuação do psicólogo neste campo, pois este deve considerar todo este arranjo de fenômenos ocorridos no passado, para melhorar sua forma de atuação, buscando sempre o bem-estar do aluno e considerando a pluralidade de fatores que o processo de aprendizagem implica.

Esse estudo fornece os elementos necessários para que se tenha uma visão crítica sobre os métodos e práticas que são utilizados atualmente no campo da Psicologia Escolar, para que assim possamos pensar o que é benéfico para a instituição, e o que é realmente benéfico para o aluno.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, P., TORRE, E.H.G. Medicalização e determinação social dos transtornos mentais: a questão da indústria de medicamentos na produção de saber e políticas. *Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro, 2010.

ANDRADA, E. G. C. Novos Paradigmas na Prática do Psicólogo Escolas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, 2005.

ANTUNES, M.A.M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRPEE)*. Campinas, julho-dezembro 2008.

ARENDT, H. (1961) *Entre Passado e Futuro*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BARBOSA, R.M., MARINHO-ARAÚJO, C.M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. *Estudos de Psicologia*. Campinas, julho-setembro 2010.

BARBOSA, D.R., SOUZA, M.P.R. Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRPEE)*. Campinas, Janeiro/Junho de 2012.

BERALDO, F.N.M. Sexualidade e escola: um espaço de intervenção. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRPEE)*. Campinas, janeiro-junho 2003.

BOCK, A.M.B., AGUIAR, W.M.J. Por uma prática promotora de saúde em Orientação Vocacional. In: BOCK, A.M.B. (org). *A Escolha Profissional em Questão*. 2ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995. p. 9-24

CAMPOS, R.H.F, GOUVEA, M.C.S, GUIMARÃES, P.C.D. A recepção da obra de Binet e dos testes psicométricos no Brasil: contrafaces de uma história. *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá, maio-agosto 2014.

CARVALHO, T.O.; MARINHO-ARAÚJO, C.M. Psicologia Escolar e Orientação Profissional: Fortalecendo as Convergências. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*. São Paulo, 2010.

COLLARES, C. L., MOISÉS, M. A. A. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (A Patologização da Educação). In Série Idéias. São Paulo, 1994.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil, 1992. Disponível em: [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr\\_prof\\_psicologo.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf), acessado em: 7 de abril de 2015.

FORMIGA, N.S., MELLO, I. Testes Psicológicos e técnicas projetivas: uma integração para um desenvolvimento da interação interpretativa indivíduo-psicólogo. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*. Brasília, 2000.

GUARIDO, R. A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação. *Revista da Faculdade de Educação da USP*. São Paulo jan- abr 2007.

KUPFER, M.C.M. O que toca a/à Psicologia Escolas, Em A.M. Machado & SOUZA, M.P.R. *Psicologia escolar: em busca de novos rumos* (3a ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo. São Paulo, 1997.

KUPFER, M.C.M. Freud e a educação. O Mestre do Impossível. Scipione. São Paulo, 1992.

KUPFER, M.C.M. Freud e a educação, dez anos depois. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1999.

LIMA, A.O.M.N. Breve Histórico da Psicologia Escolar no Brasil. *Psicologia Argumento*. Curitiba, jul./set. 2005.

LISBOA, F.S., BARBOSA, A.J.G. Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia: Ciência e Profissão*. Brasília, 2009.

MARTINEZ, A.M.; LEITÃO, R.L.S.D; AVELAR, L.P. Seleção de Professores: uma Experiência Inovadora. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*. [online] Campinas, 2003.

MARTINEZ, A.M. O que pode fazer o psicólogo na escola? *Em Aberto*. Brasília, 2010.

MEIRA, M.E.M et al. Psicologia Escolar, Desenvolvimento Humano e Sexualidade: Projetos de Orientação Sexual em Instituições Educacionais. *Revista Ciência em Extensão*. São Paulo, 2006.

MEIRA, M.E.M. Para uma crítica da medicalização da educação. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*. São Paulo, jan-jul 2012.

MOYSES, M.A.A e COLLARES, C.A.L. Inteligência Abstraída, Crianças Silenciadas: as avaliações de inteligência. *Psicologia USP*. São Paulo, 1997.

MOYSES, M.A.A. Fracasso Escolar: uma questão médica? *Série Ideias*. N.6. São Paulo, 1992.

PATTO, M.H.S. *Introdução a Psicologia Escolar*. 3ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

PATTO, M.H.S. Para uma Crítica da Razão Psicométrica. *Psicologia USP*. São Paulo, 1997.

Patto, M. H. S. *Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo, 1984.

PORTOCARRERO, V. Instituição Escolar e Normalização em Foucault e Canguilhem. *Educação e Realidade*. Rio de Janeiro, 2004.

SAFATLE, V. O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. *Scientiæ Studia*. São Paulo, 2011.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários in AQUINO, J.G. (Org.). *Sexualidade na Escola*. 4a ed. São Paulo: Summus, 1997, p.107

SOUZA, M.P.R. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABEE)*. São Paulo, jan-jun 2009

SUPLICY, M. Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia. 10. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 161 p.

VIEIRA, R.C., CAMPOS, R.H.F. Notas sobre a introdução, recepção e desenvolvimento da medida psicológica no Brasil. *Temas em Psicologia*. Ribeirão Preto, 2011.